

Ai, em 1850, veio a tal da Lei da Terras e todos nós sabemos, já foi dito aqui, redito, falado muitas vezes, a extensão de terra do Brasil é invejável. Nós falamos que o nosso País é um grande, mas um grande continente.

Dividiram em seis, dividiram em 12, mas em 1850 nós estávamos precisando de imigrantes para entrarem aqui para acelerarem a produção agrícola e ter terras. Possuir terras era um negócio que lhes trazia, que lhes conferia um certo status social.

Então nós tivemos a Lei das Terras. Ai eu estou pensando aqui, estou pensando no povo que eu conheço do Pontal do Paranapanema, em Euclides da Cunha, Rosana, Teodoro Sampaio, esse povo saindo dali, deputado Paulo Fiorilo, porque o único lugar onde se poderia fazer o registro da terra ainda acontecia nas igrejas e a igreja que deveria fazer o registro dessa terra de quem morava lá no Pontal do Paranapanema ficava ali, logo ali, em Ourinhos, bem pertinho.

Hoje, numa linha reta, vamos dizer, 330 quilômetros. Você imagina quem é que conseguiria sair lá da região de Pontal do Paranapanema para fazer o registro da sua terra em 1850 lá na igreja, em Ourinhos. Será que aquele que não tinha uma mula, que não tinha uma carroça, ele conseguiria andar e fazer o registro lá?

Foram essas pessoas que conseguiram fazer o registro de suas terras? E, pasmem, o registro era assim: olha, vai daquele horizonte até a água. Você imagina a quantidade de terra que foi registrada. Essa foi a grande herança que nós temos hoje. Este é o País com maior concentração de terra. Então as terras foram registradas dessa forma.

Quando eu inicieí nosso trabalho aqui na Alesp no ano de 2007, tive, infelizmente, a tristeza, eu falo “a tristeza”, deputado, porque eu estava em viagem, e uma pessoa soube, uma pessoa que estava na cidade de Paulicéia, “eu preciso encontrar a deputada”.

De noite, eu estava voltando para a minha cidade, “a senhora se importa de viajar um pouquinho comigo?” Esse viajar um pouquinho, eu viajei 200 quilômetros, e o meu povo ficou esperando no posto de gasolina a noite toda.

Fui encontrar um povo que estava em uma região de ocupação de uma terra, e tinha gado de grileiros em uma terra da Cesp. Foi ali que eu aprendí que se fizéssemos uma CPI das terras públicas aqui no estado de São Paulo, teríamos o registro de terras.

Eu brinquei naquela época, à noite, eu falei assim: “É uma folha de sulfite que está registrada, e duas folhas estão incorporadas, sendo griladas ilegalmente, porque à beira do rio não pode ter gado”. Lembro muito bem daquela noite. Sai de lá e falei: “Mas uma que eu estou aprendendo”.

Parece que tanta luta nós fizemos da década de 80 para cá, e parece que nada mudou. Mas, aí, veio, depois de 1850, veio o Estatuto da Terra, o Estatuto da Terra, feito pelos militares no nosso País, em plena ditadura. Nós não avançamos um ponto. Mesmo essa lei fala que a terra é devoluta, ou seja, a terra que foi devolvida ao estado. A terra que não foi registrada em 1850 precisa ser entregue para a reforma agrária.

E que reforma agrária é essa que está acontecendo com aquilo que foi aprovado em 2022, que é objeto em uma ação direta de inconstitucionalidade e que ainda não foi apreciada.

Aí se prorroga o prazo dessa lei que foi aprovada aqui para que ela continue perpetuando o ostracismo da política, que é o olhar mais retrógrado que podemos ter em relação ao avanço que o nosso País pode ter.

Lembro bem e faço questão de citar um professor de filosofia, ainda da PUC-Campinas, que dizia o seguinte: “Um povo que desconhece a sua história é semelhante a uma gelatina, sem consistência, bate um vento, ele vai para um lado, bate outro vento, ele vai para o outro.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PL - Deputada Ana Perugini, está esgotado o tempo da presente sessão. O tempo restante de V. Exa. está preservado para a próxima sessão, que vai acontecer em até dez minutos após o encerramento desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

-Encerra-se a sessão às 19 horas e 13 minutos.

* * *

9 DE ABRIL DE 2024

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS e ANDRÉ DO PRADO
Secretaria: CAPITÃO TELHADA, ALTAIR MORAES e CARLOS CEZAR

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão às 19h24min. Coloca em discussão o PL 1589/23.

2 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

3 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença.

4 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Assume a Presidência. Interrompe a chamada de verificação de presença quando observado quórum.

5 - ANA PERUGINI

Discute o PL 1589/23.

6 - PROFESSORA BEBEL

Discute o PL 1589/23.

7 - TEONILIO BARBA

Discute o PL 1589/23.

8 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Solicita verificação de presença.

9 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

10 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Discute o PL 1589/23.

11 - BARROS MUNHOZ

Discute o PL 1589/23.

12 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, faz pronunciamento.

13 - BETH SAHÃO

Discute o PL 1589/23.

14 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Encerra a discussão do PL 1589/23. Coloca em votação requerimento de método de votação ao PL 1589/23, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor.

15 - DR. JORGE DO CARMO

Encaminha a votação do requerimento de método de votação ao PL 1589/23, em nome da Minoria.

16 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

17 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Levanta a sessão às 20h55min.

* * *

-Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1589, de 2023, de autoria do Sr. Governador. Para falar contra, pelo tempo remanescente de 6 minutos e 9 segundos, nobre deputada Ana Perugini.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, como a deputada Ana vai fazer uso da palavra, ainda faltam 6 minutos e 9 segundos, eu queria pedir uma verificação de presença, para que a gente tenha aqui os deputados e as deputadas para ouvi-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Já está aqui conosco o deputado Capitão Telhada e o deputado Altair Moraes, para nos auxiliir nesta verificação de presença.

* * *

- Verificação de presença.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado quórum regimental, devolvo a palavra, então, para a deputada Ana Perugini, pelo tempo remanescente.

A SRA. ANA PERUGINI - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Retomando aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mas continuando aqui, você que ainda está em casa ouvindo, você que vai ter a oportunidade de ver depois essa discussão. Se não me falha a memória - eu acredito que não -, eu estava falando do meu professor de filosofia, lógica e teoria do conhecimento, Dr. Iglésias, da PUC Campinas, ainda na década de 80 também, no ano de 1986, quando entrei na faculdade de Direito.

E ele falava o seguinte: ele dizia que uma sociedade que não conhece a sua história é semelhante a uma gelatina de pouca constituição, de baixa densidade - o vento toca de um lado, ela vai; o vento toca de outro, ela vai também; e vai sendo empurrada.

Daí a minha preocupação: esse processo que nós estamos vivendo aqui, Dr. Jorge, deveria ser um debate de fato, mas o Parlamento, hoje, vem se constituindo cada vez mais nesse cenário. Em Brasília, ainda nós tínhamos grandes debates a respeito dos temas. Mas isso não acontece mais hoje.

E quando eu falei do Estatuto da Terra, que foi de um período em que a ditadura militar imperou com muita força aqui no nosso País, eu estou falando de algo que é mais avançado do que está acontecendo hoje na Casa, do que aconteceu com a aprovação do projeto da entrega das terras por 10% do valor dessa terra, para quem já estava na terra. Eu estou falando de ferir o Estatuto da Terra, que determina que toda terra devoluta deve servir para a reforma agrária, principalmente. E não é isso que está acontecendo aqui.

Infelizmente, durante a campanha eleitoral, nós escutamos de um candidato a governador, aqui no estado de São Paulo - e ele não ganhou a eleição - que assentamento para reforma agrária é algo que não funciona. E eu falei aqui da menor fazenda registrada, em 1850, e agora, ainda, de 1.000 hectares de terra.

E ainda confirmei, porque eu falei de sete, porque eu tinha dúvida se sete ou dez hectares de terra no Assentamento 1. Mas acabei de conferir com um grande profissional, que foi do Itesp, inclusive, que está cedido a esta Casa, e ele falou assim: “nã, são sete hectares”.

Olha, vocês imaginam: nós estamos fazendo uma reforma agrária em menos de dez hectares. E eu estou falando do registro de uma fazendinha de 1.000 hectares. E depois de 1850, toda terra virou uma mercadoria.

E virou uma mercadoria em momento oportuno, porque os imigrantes estavam chegando aqui, os campesinos estavam chegando aqui, e a terra que lhes cabia é a terra da Lúcia, de Marabá Paulista.

Para você chegar à terra da Lúcia, de Marabá Paulista, você se perde naquela estrada; você se perde, porque você sobe ribanceira, desce ribanceira, passa buraco, passa outro buraco, você chega à terra dela.

Aí ela tem que produzir naquela terra da reforma agrária, sem iluminação pública, com um poço furado por ela mesma, e sem nenhum tipo de financiamento, sem nenhum implemento agrícola. Desse jeito, é impossível se produzir em qualquer terra.

Mas, mesmo sob essas condições, a luta que vem acontecendo no Brasil pela reforma agrária vem avançando.

E nós temos hoje a felicidade de ter o Coapar, lá em Andradina, recebendo 55 mil litros de leite por dia, entregando leite pasteurizado, requeijão, queijo de todos os tipos, da melhor qualidade, produzindo e mostrando que a reforma agrária dá certo, sim. E infelizmente ainda existem pessoas que estão vivendo na época do descobrimento do Brasil, quando havia a Revolução Francesa ainda, logo depois, em 1700 e alguma coisa, 1777, é isso? Me ajude, gente.

Estão vivendo ainda nesse período e não percebem a grandeza que é o estado de São Paulo. Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu - e a relatoria está nas mãos da ministra Cármen Lúcia - pela inconstitucionalidade daquilo que foi votado em 2022, nesta Casa.

E eu espero, com muito anseio - e eu acredito que vai ser um dia de muita alegria - o dia em que nós pudermos, de fato, num espaço tão lindo como é o Parlamento, um espaço de debate de ideias, sem nenhuma janela, sem entrada de ar saudável aqui dentro.

Acredito que grande parte das pessoas aqui dentro, ou com gripe ou com dengue, espero que com Covid não, mas muitas pessoas aqui estão tossindo, doentes. Eu espero que esse espaço seja um espaço do bom debate, levando em consideração aquilo que nosso Estado precisa.

Porque colher a banana do Assentamento 1 é diferente da banana que se compra em qualquer mercado. Comprar o tomate que é produzido lá é diferente. Nós não chegamos ali a 100% sem agrotóxico. Nós conseguimos chegar a 80% no tomate. Na banana, 89 por cento. Nas hortaliças, 100 por cento.

Mas quem prova o sabor daquilo que é produzido da terra, em um assentamento da reforma agrária, em pouco mais de sete hectares de terra, não consegue mais consumir aquilo que é vendido no mercado. Então, o que nós precisamos fazer é o movimento inverso do que está sendo feito nesta Casa.

Nós precisamos conhecer a História. Eu faço um apelo àqueles que estão nos ouvindo: peguem os livros de História. Busquem, vasculhem, para ver o que está acontecendo hoje com o nosso País, para que nós possamos fazer um apelo muito grande, ao Supremo Tribunal Federal. Para que julgue, de imediato, a ação direta de inconstitucionalidade daquilo que não pode ser aceito no estado de São Paulo ou em qualquer outro lugar da Federação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para discutir contra, com a palavra a deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, Sr. Presidente, cumprimento a Mesa Diretora de trabalho, os assessores à minha esquerda e à minha direita, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, quem nos ouve e nos vê através da Rede Alesp. É sempre muito importante que todos participem de toda a discussão que nós fazemos na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Não é a primeira vez que nós estamos nessa discussão. Aliás, eu conversava com o deputado Barba. Desde 2019 com esse PL, com o 410, depois se transforma, aí fica 410, 277, para chegar, novamente, uma nova edição.

O que é que está por trás? Quando nós debatíamos o 410, lembremos todos, havia uma emenda que englobava, aliás,

incorporava todo o 277 que, exatamente, a gente abria, a gente chamava até de emenda Jabuti.

Porque dizia o seguinte. Essa emenda abre a possibilidade, inclusive, para quem não é da agricultura, não está dentro de um projeto de reforma agrária, também adquirir as terras devolutas. Isso, para mim, é que é dolorido. A institucionalização, na verdade, da grilagem das terras.

Isso é duro. Isso é afrontar um País em que, naquele momento sobretudo, nós debatíamos a fome, e o Brasil entrou de novo no mapa da fome. E fizemos esse debate, destemidamente, lotamos essas galerias todas com o MST, trouxemos para cá. O 410 foi retirado, mas mais para a frente voltou.

Por que esse preâmbulo todo? Porque nós podemos dizer que o estado de São Paulo, ainda que não a contento, já teve um modelo de reforma agrária, que foi da era Montoro.

A gente fala assim: “Bom, então vocês acreditam que só vocês é que são capazes de pensar em um projeto de reforma agrária?” Não. Já teve. O governo Montoro fez para o estado de São Paulo. Teve no estado de São Paulo um projeto de reforma agrária e esse projeto de reforma agrária teve avanços significativos.

Agora, o que estamos vendo? Estamos vendo uma reclusão, uma volta desse movimento, não mais contente com quem já comprou terras devolutas de forma incorreta, ampliando e facilitando ainda mais, para adquirir mais.

Então, qual é o conceito mesmo que vamos trabalhar para que a gente tenha o homem no campo - garantiu 84% da comida na mesa dos brasileiros e brasileiras, ou mais até - e o desenvolvimento da segurança alimentar, pelo qual nós tanto clamamos?

São teses lindas sobre a terra, que nós temos. A gente tem um assessor na bancada, que é o Alberto. Se você botar o Alberto aqui, você tem teses lindas no que diz respeito a essa discussão sobre a terra, a importância da terra, o desenvolvimento do país, no que diz respeito à soberania nacional, alimentar, porque é disso que estamos falando.

Se a gente pega, por exemplo... As pessoas criminalizam o MST, o Movimento Sem Terra. “Ah, porque é a turma que vai lá, que toma, que não sei o que, não sei o que”.

Mas e esses que estão comprando a terra a preço de banana, são o quê? São o que, deputada Ana Perugini? Porque é isso. Cobrar 10 por cento? Baixar o preço? O que é, feirão de terras, quando nós precisamos de terra para plantar?

Pega a planta de produção do MST. A gente vai para um lado, são grãos. Vai para outro, é outro tipo de alimento. Eles têm tudo. O Movimento Sem Terra tem um projeto de desenvolvimento agrário que garante...

Você pega, por exemplo, o Rio Grande do Sul, com a plantação de grãos de arroz, que garantiu arroz, importou. Você pega a Coapar, em Andradina. Você vem aqui para o lado de Itapeva, é a mesma coisa. Então, são plantas muito bem formuladas.

E lá na minha Piracicaba? Fui visitar uma associação que oferece alimentação de qualidade para as crianças nas escolas públicas. Isso é um sonho nosso, e que pode se tornar realidade, mas não na mão de grileiros. Desculpe, esse é o nome que eu dou. Não são compradores. São grileiros.

Para nós, é muito cara a reforma agrária no Brasil. Eu fiquei muito feliz quando o presidente Lula disse: “As terras devolutas serão utilizadas para reforma agrária”. É isso que tem que ser feito, porque a terra devoluta é a terra que sequer foi de alguém, ela não é do estado, ela não é de ninguém, mas ela pode ser utilizada para esse fim. Nós temos que fazer esse debate destemidamente.

Por isso, é importante para nós entendermos, não ser contra por ser contra, mas um contra porque tem uma racionalidade. A racionalidade é fazer com que nós tenhamos capacidade de matar a fome daqueles que têm fome. E não é de forma gratuita. Ela pode chegar a preços módicos às casas. Pode ser incentivado, inclusive.

Aliás, os planos diretores da cidade, pasmem, está havendo um processo de... Você pega os grandes centros da cidade, deputado Jorge do Carmo, e está cheio de buraco urbano. Jogaram todos os trabalhadores para ir para onde? Para a zona rural. A zona rural não pagava impostos, os donos dos terrenos lá, os sitiantes não pagavam.

Sabe o que tá acontecendo em Piracicaba? Eles não estão conseguindo pagar os impostos, porque urbanizaram o que é rural, para ir na contramão disso que nós defendemos. Então, quer dizer, até os planos diretores das cidades estão meio que expurgando essa luta que nós temos pela reforma agrária no Brasil.

Enquanto não tiver uma reforma agrária profunda, radical, e de conjunto, nós não vamos ver outro quadro, que, senão, este que nós temos visto, um quadro em que uma parte do país tem mais comida que o outro, quando a gente poderia minimamente estar fazendo até formas de trocas de alimentos, de ir lá, para cá, e a gente poder ter este País um pouco mais avançando.

Eu costumo dizer que quem vem do sítio sabe a importância de um ovo de galinha, não o ovo que é posto lá, aquelas coisas, mas um ovo de verdade, aquele ovoão que você bate e ele fica amarelinho. Você pega uma verdura, é diferente quando ela é plantada ali. E hoje, nesse debate ecológico, do meio ambiente, a reforma agrária passou a ser central.

Nós não podemos tratar reformar agrária só também como o uso do solo, disso, aquilo. Não, a reforma agrária, hoje, é uma necessidade para equilíbrio do meio ambiente, ou então tudo que a gente está ouvindo falar de meio ambiente é baleia.

Porque quem vai comprar terreno lá no Pontal do Paranapanema a preço módico, que são os ricos, que são os grileiros, eles não vão investir em terra. E digo mais, aposto que vão provocar conflitos, para ter conflito e tirar o trabalhador, o produtor rural, e jogar para fora, exatamente para tomar a terra.

A gente já previa que talvez pudesse vir uma terceira edição, e chegou. Chegou. Eu falava: “olha, o que vai acabar acontecendo é que vai ter uma terceira edição”. Teve uma primeira, a 410, a 277, e agora a terceira edição. Não ficaram contentes. Não está bom, tem que pegar um pouco mais, ou tudo, talvez.

E nós, a bancada de oposição da Assembleia Legislativa, nós vamos votar contra o 1589, de 2023 por esta razão, pela razão de que ou a gente entende que tudo tem que ter um limite, e o limite para mim é o limite do direito à terra, e o direito à terra passa pelo direito do trabalhador rural, pelo direito daquele que quer morar no campo, com condições também.

Porque outra coisa que eu fiquei feliz. O presidente Lula terá, e ainda vai investir no “Minha Casa, Minha Vida”, para poder ter casa. Tem que ter escola, tem que ter UBS. Tem que ter, enfim, toda a estrutura para que o trabalhador rural fique na zona rural.

Ou nós vamos ficar com o quê? Com o território que nós temos e comprar comida? É isso mesmo? Não podemos aceitar isso. Nós temos condições de produzir. Este País já produz comida e pode produzir mais e pode importar e não exportar, pode garantir comida de qualidade para o povo brasileiro.

Pode, enfim, garantir que a gente tenha qualidade de vida e fazer um debate articulado com o meio ambiente e reforma agrária, essas duas coisas. Ou tudo caminha junto ou nós vamos morrer na praia.

Para terminar e não menos importante, Sr. Presidente, eu quero aqui registrar que, lamentavelmente o decreto do governador que nos coloca numa condição lamentável que é de dizer que as famílias que puderem pagar, que leve seus filhos para a escola pagando, no caso das crianças que têm o transtorno de espectro autista. Eu quero dizer que isso é triste para nós num momento em que a gente discute a redução das verbas da Educação.

E você ouve o governador mandar as famílias pagarem pessoas para poder acompanhar seus filhos na escola ou a pró-

pria família acompanhar. Como vai acompanhar se todos são alunos usuários da escola pública, deputado Mauro Bragato, por favor? Não vai acompanhar. Todos têm que trabalhar. Como é que leva a criança? Como é que vão pagar? Não têm como pagar. Então isso tem que ser corrigido. Isso tem que ser acertado. Tem que se transformar numa política de Estado.

Tem que se transformar em política pública e nós não podemos deixar passar essa injustiça que é esse decreto e que está criando aí uma injustiça social muito grande.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Por favor, nos ajude nessa causa porque ela é uma causa que está se tornando popular e as crianças que têm aí o transtorno de espectro autista precisam muito desse atendimento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista dos oradores inscritos, para discutir contrário, com a palavra o deputado Teonílio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha aqui pela TV Alesp, as trabalhadoras, os trabalhadores desta Casa, venho a esta tribuna novamente discutir esse projeto, deputado Reis.

Na verdade, esse projeto chegou nesta Casa em 2019, eu era o líder da bancada do PT. Nós éramos sete deputados e três deputadas. Depois ficaram oito deputados e duas deputadas. A oposição aqui nós éramos algo em torno de 15 deputados mais o deputado Campos Machado, em memória, que também ficou junto conosco na luta em vários projetos do João Doria.

E a gente conseguiu segurar em 2019, 2020, 2021. Mas aí, em 2022, uma meia dúzia de deputados ligada ao agronegócio e outros não trouxeram o projeto de volta para ser debatido.

E quando ele foi aprovado em 2022, deputado Luiz Claudio, tinha deputada que comemorava dizendo assim: “Olha, agora nós vamos democratizar a terra, porque são famílias que estão na terra desde 1850”.

Eu quero que alguém me mostre, alguém da agricultura familiar, o pequeno produtor que esteja numa terra desde 1850. Todo mundo que está na terra desde 1850 são grileiros de terra, são os herdeiros da chibata. Uma parte do agronegócio representa isso e nós fizemos esse debate.

E esse debate nós estamos falando de uma região só; é lá do Pontal do Paranapanema. É um milhão de hectares de terra. Nós estamos vivendo problemas difíceis. Em janeiro deste ano, deputado Marcolino, fui visitar onde eu nasci.

Eu vim de lá embora, com cinco anos de idade, deputado Reis, então fazia 60 anos e meio que eu não voltava onde eu nasci. E meu pai foi expulso lá da roça, porque você trabalhava como meiro na fazenda, comprava tudo na venda do dono da fazenda, você terminava o ano, você devia para o dono da fazenda.

Era um trabalho em condições análogas às da escravidão, e quando você era um pequeno proprietário, os grandes brasileiros iam tomando a sua terra e expulsando você de lá.

Eu vou ter agora em janeiro para ver uma região muito pobre lá em Água Boa, chamada Córrego dos Bentos, no meio do serrado, porque Minas tem muita serra, um estado totalmente acidentado, muito difícil de chegar lá, e as características são as mesmas do Pontal do Paranapanema. São cinco, seis famílias que dominam toda a terra naquela região, inclusive com fazendas abandonadas, que poderiam ser usadas para um assentamento para você aumentar a produção agrícola. Inclusive, vão abastecer o mercado interno.

O nosso mercado aqui, Delegado Olim, de tudo aquilo que chega à nossa mesa, 70% vem da agricultura familiar. O restante vem complementado com importações ou aquilo que o agronegócio não consegue exportar.

O governo brasileiro, governo Lula I e II, Dilha I e II compravam o excedente da produção do agronegócio e você estocava, você tinha um estoque de alimento na Conab, as companhias de estoque de alimento, para poder garantir o quê? Toda vez que a gente fosse para o mercado e faltasse feijão, a Conab vai lá e botá feijão no mercado. Então você equilibra preço sem precisar dar canetada, porque você oferta produtos.

Então essas terras que o governador Tarcísio está entregando na mão dos grileiros, eles não compraram na primeira remessa para baratear mais ainda o preço, é um desconto aí de quase, de praticamente 90% do valor da terra, é exatamente para favorecer o compromisso que o Tarcísio assumiu na campanha, que era de privatizar o Estado e de dar terra para os fazendeiros, para a turma do agronegócio, que é a mesma tese que ele defende da privatização do Porto de Santos, para transformar o Porto de Santos, que está a 47 quilômetros da cidade de São Bernardo, em um porto do agronegócio, um porto só de grãos, cometendo um crime contra o estado de São Paulo ao defender uma tese dessas, de transformar que o Porto de Santos tem que ser um porto do agronegócio.

E olha nós estamos no estado que é o estado mais industrializado do Brasil ainda hoje. Mesmo tendo perdido um monte de indústrias, a indústria do estado de São Paulo, deputada Beth, deputada Bebel, vocês, que vão disputar as eleições de prefeitãs nas cidades de vocês, a indústria do estado de São Paulo representa do PIB da indústria brasileira 25,5% da indústria brasileira.

Então o estado de São Paulo precisa do Porto de Santos, tanto para importar produtos, como para exportar produtos. Nós somos um estado muito grande e um país muito grande, e precisamos exportar alguns produtos.

Então está na hora de o governador Tarcísio, se ele quiser realmente fazer uma coisa de benefício com a terra, deputado Barros Munhoz, que já foi ministro da Agricultura, você sabe que o Brasil sempre funcionou com regulamentação de estoque de alimentos, que era a maneira de você equilibrar preço sem dar canetada, sem taxar produto, sem estabelecer preços. Começava a faltar arroz no mercado, a Conab ia lá, botava arroz no mercado, você mantinha aquele preço equilibrado.

Esse estoque de alimentação começou no governo do golpista Michel Temer e foi consolidado no governo do Bolsonaro, acabou-se com o estoque de alimentos no Brasil. Então é por isso que o preço de alimentos dispara, além dos problemas climáticos que nos temos.

Então, o governo Tarcísio, deputado Conte Lopes, meu amigo, se quiser realmente fazer alguma coisa de bem com a terra, não é dar só para os fazendeiros produzirem, chama o povo da terra aqui de São Paulo, os movimentos que tem no estado de São Paulo, e vamos assentar as famílias nessa terra. É um milhão de hectares na região do Pontal do Paranapanema. Quem domina aquela região são cinco, seis fazendeiros, que dominam toda a terra daquela região.

O governo é o Robin Hood ao contrário, tira dos pobres para dar para os ricos. Ou, melhor ainda, está legalizando a grilagem que foi cometida lá em 1850. Não tinha nem cartório no Brasil, as terras eram registradas na Cúria da Igreja Católica. Esse é o grande debate, nós temos que ir desmascarando o Tarcísio, o que ele quer fazer com a questão da terra.

Nós estamos discutindo um projeto que prorroga a lei que nós aprovamos aqui em 202